

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

para
Texto

discussão

**PADRÃO LOCACIONAL DA MÃO DE OBRA
NOS SETORES ECONÔMICOS DO
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Adrielli Santos de Santana

nº 70/junho de 2020
ISSN 2446-7502

**PADRÃO LOCACIONAL DA MÃO DE OBRA
NOS SETORES ECONÔMICOS DO
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

Adrielli Santos de Santana¹

Brasília-DF, Junho de 2020

¹ Adrielli Santos de Santana - Doutoranda em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas e Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2015](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 70 (2020) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020.

n. 70, junho, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

ISSN 2446-7502

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

CDU 338 (817.4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Paco Britto

Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

André Clemente Lara de Oliveira

Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

Jeansley Charllles de Lima

Presidente

Juliana Dias Guerra Nelson Ferreira Cruz

Diretora Administrativa e Financeira

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Clarissa Jahns Schlabit

Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os padrões locacionais da mão de obra formal no Distrito Federal e nos municípios do Entorno, que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). A análise é sustentada pela mensuração de indicadores econômicos regionais, mais especificadamente por meio do cálculo do quociente locacional, do coeficiente de especialização, dos coeficientes de redistribuição e de reestruturação e do coeficiente de associação geográfica. Foram obtidos dados sobre mão de obra formal em todas as localidades da RIDE, para 25 setores de atividade econômica, nos anos de 2002 e 2017, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados sinalizam que a RIDE possui uma estrutura produtiva especializada na agropecuária, no comércio varejista e na produção mineral não-metálico. Todavia, cerca de 37,2% dos empregos da região estão concentrados no setor de administração pública. O coeficiente de especialização indicou que a RIDE apresenta um processo de diversificação setorial. Além disso, os coeficientes de redistribuição e reestruturação mostraram que, entre os anos de 2002 e 2017, a região não sofreu mudanças significativas na distribuição espacial do emprego entre os setores e entre as localidades. A análise de associação geográfica contribuiu para identificar uma forte interação espacial entre os setores industriais, e uma fraca associação da agropecuária com os demais setores econômicos. Dada a popularidade das análises de localização e especialização produtiva no meio acadêmico-científico e no planejamento regional, principalmente auxiliando a formulação de ações e políticas públicas, esta pesquisa agrega contribuições aos estudos sobre indicadores da Economia Regional. Adicionalmente, a pesquisa amplia os conhecimentos sobre a RIDE, uma vez que a abordagem utilizada, até então, não havia sido aplicada em estudos sobre emprego.

Palavras-chave: RIDE; Especialização; Dinâmica Setorial; Economia Regional.

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA.....	9
2.1. Procedimentos de cálculo.....	9
2.1.1. Quociente de Localização (QL).....	10
2.1.2. Coeficiente de Especialização (CE).....	11
2.1.3. Coeficiente de Redistribuição (CRed).....	11
2.1.4. Coeficiente de Reestruturação (CR).....	11
2.1.5. Coeficiente de Associação Geográfica (Cag).....	11
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE.....	13
4. RESULTADOS	15
5. DISCUSSÕES.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

A inserção dos conceitos de espaço e território nas análises econômicas, em decorrência do desenvolvimento da Geografia Econômica e da Economia Regional – e Urbana –, trouxeram muitas contribuições para entender o processo de desenvolvimento e crescimento econômico regional. As teorias da localização, por exemplo, tiveram grande importância para as economias norte-americana e europeia, na segunda metade do século XX, auxiliando principalmente na formulação de políticas públicas e no planejamento territorial (NORTH, 1977; MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

De modo semelhante, o Brasil utilizou algumas abordagens teóricas das ciências regionais para articular estratégias de desenvolvimento e de minimização das desigualdades latentes em decorrência da grande extensão do território nacional e a forte concentração das atividades produtivas, sobretudo na região Sudeste. A Teoria dos Polos de Crescimento, por exemplo, influenciou o processo de regionalização do território brasileiro, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultou em algumas classificações como as “regiões homogêneas”, “regiões polarizadas” e “regiões-programa”, e influenciou, também, a implementação de polos industriais (JESUS; SPINOLA, 2015).

A denominação de “Regiões de Planejamento” segue as mesmas premissas apresentadas anteriormente, e tem sido constantemente utilizada na execução de programas e políticas direcionadas e de promoção do desenvolvimento ordenado de uma região. Nesse contexto, destaca-se a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), composta pelo Distrito Federal e mais 33 municípios localizados nos estados de Goiás e Minas Gerais.

Motivado pela baixa produção acadêmica sobre a RIDE, o presente estudo se propõe a identificar o padrão locacional do emprego formal nos setores econômicos, nos anos de 2002 e 2017, a fim de observar as configurações do emprego e as transformações setoriais ocorridas na região nesses 15 anos.

Estudos sobre emprego são relevantes para compreender e propor soluções para o desenvolvimento regional. Desse modo, para atingir o objetivo proposto, o presente estudo visa calcular indicadores regionais de localização e especialização produtiva, cuja variável-base é o volume de empregos formais disponibilizados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Há uma vasta literatura abordando esta temática e a mensuração desses indicadores. Para o Brasil, destacam-se os trabalhos de Lima *et al.* (2006), para o estado do Paraná; Lima *et al.* (2007), e, posteriormente, Mattei e Mattei (2017), ambos analisando a região Sul; Piacenti, Alves e Lima (2008), que mensuraram os indicadores regionais para as regiões brasileiras; e Lima, Silva e Lima (2017), que verificaram o padrão locacional do emprego nas mesorregiões do Rio Grande do Sul. Apesar da existência dessas e algumas outras publicações similares, até então tal análise não foi realizada para a RIDE. Além disso, abordagens semelhantes envolvendo o Distrito Federal ou os municípios da região do Entorno são desconhecidas.

Nesse sentido, o presente estudo busca discorrer sobre os seguintes questionamentos: i) qual a configuração setorial do emprego na RIDE? ii) quais setores

econômicos são mais especializados na região? iii) quais as principais mudanças setoriais observadas na RIDE entre os anos de 2002 e 2017? e iv) em que medida os setores econômicos estão interligados no contexto regional? Adicionalmente, o estudo visa demonstrar a importância da aplicação de indicadores regionais de emprego, e recomendar seu monitoramento periódico, de forma a agregar mais conhecimentos às pesquisas e bases de dados existentes.

Este trabalho encontra-se estruturado em mais cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos aplicados para a realização da pesquisa. Na terceira seção, é realizada uma caracterização da RIDE, por meio da apresentação de algumas informações socioeconômicas regionais. A quarta seção apresenta os resultados do cálculo dos indicadores de localização e especialização produtiva. As discussões e a identificação de aspectos relevantes para o entendimento do padrão do emprego na RIDE são apresentadas na quinta seção. Por fim, a sexta e última seção discorre sobre as considerações finais deste estudo.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa parte de um estudo descritivo sobre o emprego formal no Distrito Federal e nos 33 municípios do Entorno que integram a RIDE, a citar: Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, localizados no estado de Minas Gerais; e Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, localizados no estado de Goiás.

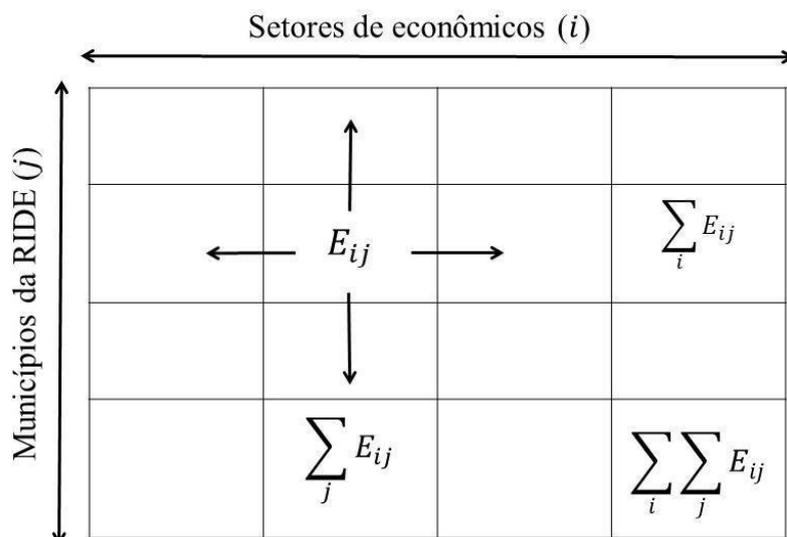
Os dados foram coletados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2002 e 2017. A escolha desses dois pontos no tempo é justificada por atender à disponibilidade de dados e por permitir analisar as transformações na espacialização do emprego na RIDE em um período de 15 anos.

Para estimar os indicadores de localização e especialização produtiva, apresentados na seção a seguir, foram considerados o total de vínculos formais ativos até 31/12 de cada ano, no Distrito Federal, nos municípios e na RIDE. Para a análise, foram considerados 25 setores (subsetores) de atividade econômica, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São eles: 01) extrativa mineral; 02) produção mineral não metálica; 03) indústria metalúrgica; 04) indústria mecânica; 05) elétrico e comunicação; 06) material de transporte; 07) madeira e mobiliário; 08) papel e gráfica; 09) borracha, fumo, couros; 10) indústria química; 11) indústria têxtil; 12) indústria de calçados; 13) alimentos e bebidas; 14) serviço de utilidade pública; 15) construção civil; 16) comércio varejista; 17) comércio atacadista; 18) instituição financeira; 19) administração técnica profissional; 20) transporte e comunicações; 21) alojamento e comunicação; 22) médicos odontológicos e veterinário; 23) ensino; 24) administração pública; e 25) agropecuária.

Adicionalmente, foram utilizadas informações sobre emprego, população e Produto Interno Bruto (PIB), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), da Estimativa da População e da Pesquisa do Produto Interno Bruto dos Municípios, ambos disponibilizados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), além da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), ambas realizadas pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

2.1. Procedimentos de cálculo

Para o cálculo dos indicadores, é necessário a construção de uma estrutura matricial para distribuir os dados sobre emprego formal, relacionando o Distrito Federal e municípios e os setores econômicos. A matriz é ilustrada na Figura 1.

Figura 1 - Matriz de distribuição de dados para o cálculo dos indicadores

Fonte: Lima, Silva e Lima (2016) e Haddad (1989)
Elaboração: A Autora.

Onde lê-se que:

- E_{ij} é o emprego formal de um setor de atividade i em uma localidade j ;
- $\sum_i E_{ij}$ é o total de empregos formais em todos os setores na localidade j ;
- $\sum_j E_{ij}$ é o total de empregos formais do setor i na RIDE; e
- $\sum_i \sum_j E_{ij}$ é o total de empregos em todos os setores na RIDE.

As descrições dos indicadores regionais, utilizados neste estudo, serão apresentadas nas subseções a seguir, sendo estas baseadas no trabalho desenvolvido por Haddad (1989).

2.1.1. Quociente de Localização (QL)

De acordo com Lima *et al.* (2006) e Monasterio (2011), o Quociente de Localização (QL) mede a relação entre a participação do emprego setorial de uma determinada localidade com a participação no emprego setorial de uma região, neste caso da RIDE. O cálculo do QL é indicado pela seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Para este estudo, o QL adota as seguintes interpretações: $QL \geq 1$, indica que a localidade é mais especializada no setor, ou seja, há uma localização significativa do emprego em determinados setores na localidade; e $QL < 1$, sinaliza que não há especialização do setor na localidade analisada.

2.1.2. Coeficiente de Especialização (CE)

Assim como o QL, o Coeficiente de Especialização (CE) analisa a especialização setorial do emprego de cada localidade em relação à RIDE (LIMA *et al.*, 2006; PIACENTI; ALVES; LIMA, 2008). O CE é expresso pela seguinte equação:

$$CE_j = \frac{\sum_i |(E_{ij}/\sum_i E_{ij}) - (\sum_j E_{ij}/\sum_i \sum_j E_{ij})|}{2} \quad (2)$$

Onde valores próximos de 0 (zero) indicam que a economia da localidade apresenta composição semelhante à economia da RIDE, podendo também sinalizar que a localidade apresenta diversificação do emprego setorial. Para valores próximos de 1 (um), a localidade apresenta especialização do emprego setorial, logo a economia local possui configuração diferente da RIDE.

2.1.3. Coeficiente de Redistribuição (CRed)

O Coeficiente de Redistribuição (CRed) analisa a distribuição percentual da mão de obra em determinado setor em dois períodos de tempo, neste estudo representados pelos anos de 2002 (ano base; t0) e 2017 (t1). O CRed é obtido por meio da seguinte formulação:

$$CRed = \frac{\sum_j |(E_{ij}/\sum_j E_{ij})^{t1} - (E_{ij}/\sum_j E_{ij})^{t0}|}{2} \quad (3)$$

Para valores de CRed próximos de 0 (zero), a localização espacial do emprego setorial não sofreu mudanças significativas no período analisado. Caso contrário, valores próximos de 1 (um) sinalizam uma mudança no padrão espacial do emprego no setor (LIMA *et al.*, 2006; PIACENTI; ALVES; LIMA, 2008).

2.1.4. Coeficiente de Reestruturação (CR)

De acordo com Mattei e Mattei (2017), o Coeficiente de Reestruturação (CR) analisa a distribuição percentual da mão de obra em todos os setores para uma determinada localidade em dois períodos de tempo, neste estudo representados pelos anos de 2002 (ano base; t0) e 2017 (t1). O CR é calculado por meio da equação a seguir:

$$CR = \frac{\sum_i |(E_{ij}/\sum_j E_{ij})^{t1} - (E_{ij}/\sum_j E_{ij})^{t0}|}{2} \quad (4)$$

Na interpretação do CR, valores próximos de 0 (zero) indicam que a localidade não sofreu transformações na estrutura setorial. Para valores próximos de 1 (um), a análise indica que ocorreu reestruturação significativa na localidade, durante o período analisado.

2.1.5. Coeficiente de Associação Geográfica (Cag)

O Coeficiente de Associação Geográfica (Cag) mensura o grau de associação entre dois setores econômicos, considerando as distribuições percentuais do emprego em uma localidade (LIMA *et al.*, 2006; PIACENTI; ALVES; LIMA, 2008). O Cag é calculado por meio da equação 5:

$$Cag_{ik} = \frac{\sum_j \left(|(E_{ij}/\sum_i E_{ij})^{setor i} - (E_{ij}/\sum_i E_{ij})^{setor k}| \right)}{2} \quad (5)$$

Quanto mais próximos de 0 (zero), o coeficiente expressa que determinado setor i apresenta distribuição regional semelhante ao setor k , logo sinalizam a presença de associação geográfica entre os dois setores. Por outro lado, valores próximos a 1 (um) representam que determinados setores i e k apresentam distribuição regional distintas, logo não há associação geográfica, ou essa associação é pouco significativa.

Para este estudo, foram adotadas as seguintes classificações do Cag, adaptado de Lima *et al.* (2007): a) $0 \leq Cag \leq 3,50$ – associação significativa; b) $3,50 < Cag \leq 7,50$ – associação média; e c) $Cag > 7,50$ – associação fraca.

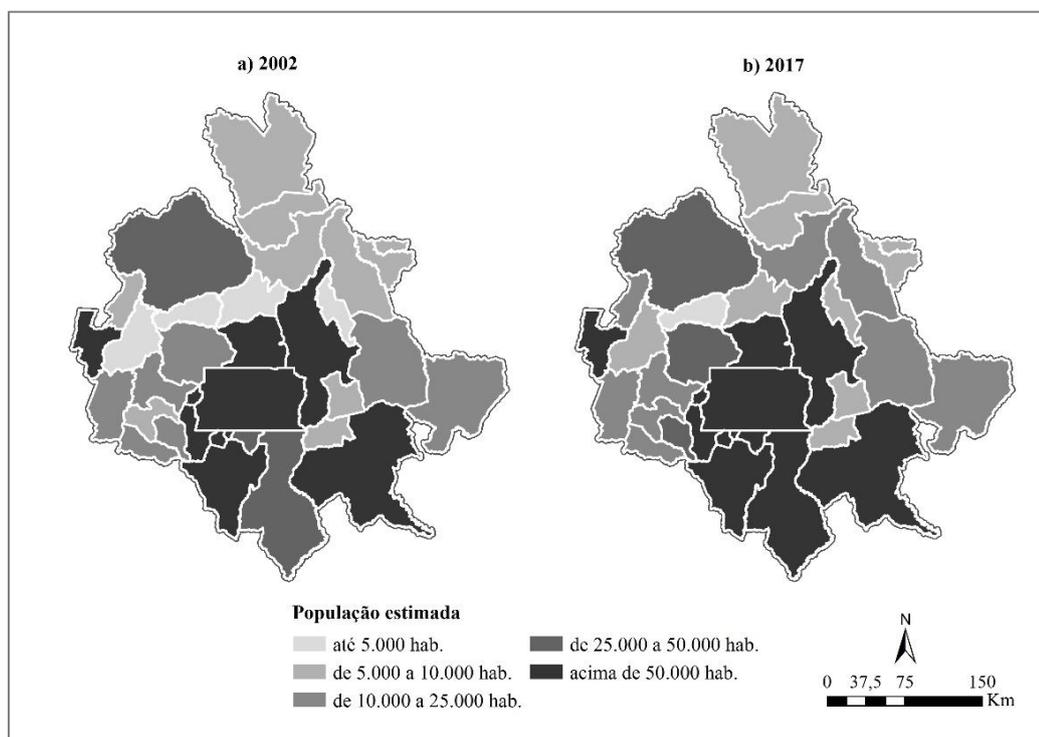
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) foi criada por meio da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que juntamente instituiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno e do Distrito Federal, ambos regulamentados pelo Decreto nº 2.710, de 4 de agosto de 1998.

A RIDE pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento e planejamento regional, que visa a articulação de ações e políticas entre a União, os estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal, conforme apresentado no texto da Lei (BRASIL, 1998). Inicialmente, a RIDE era composta pelo Distrito Federal e mais 21 municípios localizados nos estados de Goiás (19) e Minas Gerais (2). Por meio da Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, 12 municípios foram incluídos na RIDE, totalizando 33 municípios, assim distribuídos: 29 municípios pertencentes ao estado de Goiás e 4 municípios pertencente a Minas Gerais.

Conforme ilustrado na Figura 2, entre os anos de 2002 e 2017, ocorreu uma expansão da população residente na RIDE, sobretudo entre os municípios que fazem divisa com o Distrito Federal. Alguns municípios apresentaram crescimento populacional acima de 50%, como observado em Flores de Goiás (88%), São João d'Aliança (79%), Vila Boa (70%), Abadiânia e Águas Lindas de Goiás (58%). Enquanto isso, o DF, que representa cerca de 66% de toda a população da RIDE, teve um aumento de apenas 42% na população residente.

Figura 2 - População residente estimada do Distrito Federal e municípios da RIDE, nos anos de 2002 e 2017



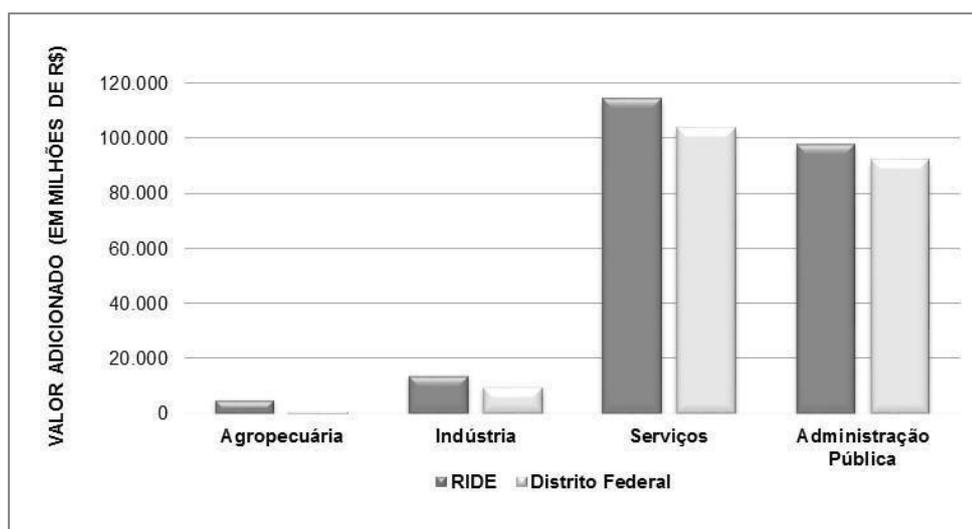
Fonte: Dados do IBGE (2019)
Elaboração: A Autora

Considerando a economia regional, em 2002, a RIDE apresentou um Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, de, aproximadamente, 58,4 bilhões de reais; em 2016, o PIB totalizou mais de 262,4 bilhões de reais (IBGE, 2019). Desses valores, 90% correspondem à participação econômica do Distrito Federal.

A Figura 3 demonstra o valor adicionado bruto (VAB) por setores econômicos, comparando o desempenho regional com o Distrito Federal. Observa-se que 16% do valor adicionado pela agropecuária são provenientes do DF, indicando que o setor agropecuário é mais representativo nos municípios da RIDE, do que no Distrito Federal. Por outro lado, o Distrito Federal corresponde a 70% do valor adicionado pelo setor industrial.

Nesta análise, ainda é possível verificar que 91% e 94% dos valores adicionados pelos setores de serviços e de administração pública,² respectivamente, estão concentrados no Distrito Federal, sendo, portanto, as atividades mais representativas tanto para o DF quanto para a RIDE.

Figura 3 - Valor adicionado bruto por setores econômicos na RIDE e no Distrito Federal, 2016



Fonte: Dados do IBGE (2019)
Elaboração: A Autora.

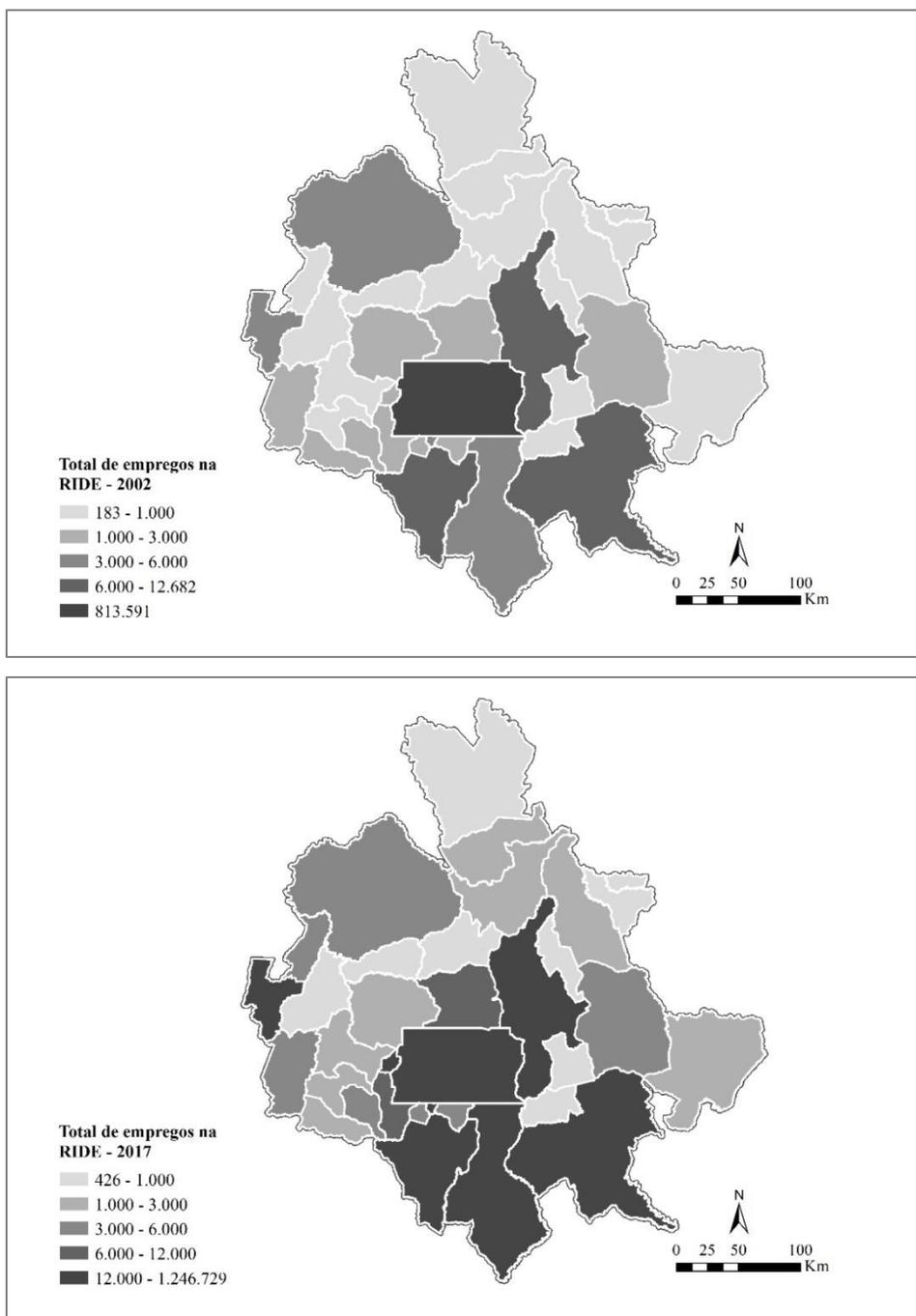
A RIDE apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano, se comparado a outras regiões brasileiras. Grande parte dos municípios apresentou IDHM de 0,597 a 0,824 (Distrito Federal), em 2010. O desempenho nos componentes de renda e longevidade do IDHM também apresentou padrões médio a alto; por outro lado, o componente educação apresentou resultados na faixa de valores classificados entre baixo a médio, sendo o melhor desempenho verificado no Distrito Federal (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2019).

² O VAB da administração pública engloba o valor adicionado da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (IBGE, 2019).

4. RESULTADOS

Esta seção dedica-se a apresentar os resultados dos indicadores econômicos regionais de distribuição do emprego na RIDE. Para tanto, inicialmente, analisar-se-á a evolução no número de empregos formais nos municípios, comparando a distribuição do número total de empregos nos anos de 2002 e 2017, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Espacialização do número total de empregos formais na RIDE, em 2002 e 2017



Fonte: Dados da RAIS (2019)
Elaboração: A Autora.

Ao espacializar os dados de emprego, os municípios de Águas Lindas de Goiás, Cristalina, Goianésia, Luziânia e Unai destacam-se por apresentar crescimento no número de empregos entre os anos de 2002 e 2017. Todos os municípios que compõem a RIDE e o Distrito Federal apresentaram variação positiva e bastante expressiva no número de empregos formais. O Distrito Federal concentra o maior volume percentual da mão de obra (91,6%, em 2002, e 87,7%, em 2017). Entretanto, as maiores variações (%) foram identificadas nos municípios de Águas Lindas de Goiás (445,9%) e Barro Alto (424,4%), ainda que esses municípios concentrem apenas 0,9% e 0,2% da mão de obra regional, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - Total de mão de obra formal na RIDE, 2002 e 2017

Municípios	2002		2017		Variação (%)
	Total de empregos	%	Total de empregos	%	
Distrito Federal	813.591	91,6	1.246.729	87,7	53,2
Arinos	917	0,1	1.652	0,1	80,2
Buritis	1.485	0,2	3.717	0,3	150,3
Cabeceira Grande	345	0,0	845	0,1	144,9
Unai	9.605	1,1	16.709	1,2	74,0
Abadiânia	1.059	0,1	2.425	0,2	129,0
Água Fria de Goiás	424	0,0	898	0,1	111,8
Águas Lindas de Goiás	2.263	0,3	12.353	0,9	445,9
Alexânia	1.415	0,2	5.190	0,4	266,8
Alto Paraíso de Goiás	596	0,1	1.302	0,1	118,5
Alvorada do Norte	392	0,0	972	0,1	148,0
Barro Alto	585	0,1	3.068	0,2	424,4
Cabeceiras	623	0,1	916	0,1	47,0
Cavalcante	534	0,1	866	0,1	62,2
Cidade Ocidental	1.769	0,2	4.553	0,3	157,4
Cocalzinho de Goiás	691	0,1	1.584	0,1	129,2
Corumbá de Goiás	662	0,1	1.197	0,1	80,8
Cristalina	4.552	0,5	12.348	0,9	171,3
Flores de Goiás	290	0,0	1.029	0,1	254,8
Formosa	6.050	0,7	16.868	1,2	178,8
Goianésia	5.615	0,6	14.388	1,0	156,2
Luziânia	12.682	1,4	21.209	1,5	67,2
Mimoso de Goiás	183	0,0	426	0,0	132,8
Niquelândia	3.638	0,4	5.368	0,4	47,6
Novo Gama	2.398	0,3	4.651	0,3	94,0
Padre Bernardo	1.581	0,2	2.970	0,2	87,9
Pirenópolis	1.967	0,2	3.992	0,3	102,9
Planaltina	2.867	0,3	7.624	0,5	165,9
Santo Antônio do Descoberto	2.444	0,3	6.070	0,4	148,4
São João d'Aliança	549	0,1	1.375	0,1	150,5
Simolândia	231	0,0	617	0,0	167,1
Valparaíso de Goiás	5.383	0,6	16.637	1,2	209,1
Vila Boa	266	0,0	881	0,1	231,2
Vila Propício	245	0,0	950	0,1	287,8
Total	887.897	100,0	1.422.379	100,0	60,2

Fonte: Dados da RAIS (2019)

Elaboração: A Autora.

Ressalta-se que, entre os setores econômicos analisados, a administração pública totalizou 528.511 empregos formais em 2017, cerca de 37,2%, representando um aumento de 28,4% em relação ao ano de 2002. Em segundo lugar aparecem os setores de comércio varejista e de administração técnica profissional, ambos concentrando, aproximadamente, 10% do total de empregos, em 2002, e 12%, em 2017. A Tabela 2 apresenta os valores totais de empregos na RIDE, por setores econômicos.

Tabela 2 - Total de empregos, por setores econômicos, na RIDE, 2002 e 2017

Setores de Atividade	2002		2017		Variação (%)
	Total de empregos	%	Total de empregos	%	
01-Extrativa Mineral	1.646	0,2	2.575	0,2	56,4
02-Prod. Mineral Não Metálico	2.247	0,3	4.260	0,3	89,6
03-Indústria Metalúrgica	2.445	0,3	2.801	0,2	14,6
04-Indústria Mecânica	739	0,1	1.112	0,1	50,5
05-Elétrico e Comunicação	280	0,0	507	0,0	81,1
06-Material de Transporte	397	0,0	355	0,0	-10,6
07-Madeira e Mobiliário	1.721	0,2	2.578	0,2	49,8
08-Papel e Gráfica	3.556	0,4	3.231	0,2	-9,1
09-Borracha, Fumo, Couros	551	0,1	4.099	0,3	643,9
10-Indústria Química	1.491	0,2	4.615	0,3	209,5
11-Indústria Têxtil	1.109	0,1	2.444	0,2	120,4
12-Indústria Calçados	54	0,0	100	0,0	85,2
13-Alimentos e Bebidas	12.784	1,4	26.351	1,9	106,1
14-Serviço Utilidade Pública	9.288	1,0	8.877	0,6	-4,4
15-Construção Civil	31.830	3,6	46.798	3,3	47,0
16-Comércio Varejista	96.579	10,9	174.142	12,2	80,3
17-Comércio Atacadista	11.647	1,3	27.795	2,0	138,6
18-Instituição Financeira	25.074	2,8	46.579	3,3	85,8
19-Administração Técnica Profissional	88.424	10,0	171.971	12,1	94,5
20-Transporte e Comunicações	32.234	3,6	61.929	4,4	92,1
21-Alojamento e Comunicação	95.458	10,8	139.239	9,8	45,9
22-Médicos Odontológicos Veterinário	18.017	2,0	73.144	5,1	306,0
23-Ensino	22.839	2,6	59.384	4,2	160,0
24-Administração Pública	411.663	46,4	528.511	37,2	28,4
25-Agropecuária	15.824	1,8	28.982	2,0	83,2
Total	887.897	100,0	1422379	100,0	60,2

Fonte: Dados da RAIS (2019)
Elaboração: A Autora.

O cálculo do Quociente Locacional (QL) indicou que o Distrito Federal e 29 municípios da RIDE possuem concentração locacional da mão de obra no setor agropecuário. O resultado apresentou pouca variação entre os anos de 2002 e 2017. O setor de comércio varejista e de produção mineral não metálico também foram significativos na maioria das localidades da região. Apenas o Distrito Federal apresentou especialização relativa do emprego no setor de instituições financeiras em 2017.

O município de Luziânia apresentou especialização em 18 setores de atividade econômica, em 2017, sendo seguido pelos municípios de Unai e Goianésia, com 12 setores especializados cada.

A Tabela 3 apresenta o total de municípios que apresentaram especialização produtiva (QL >1) para cada setor econômico, nos anos de 2002 e 2017.

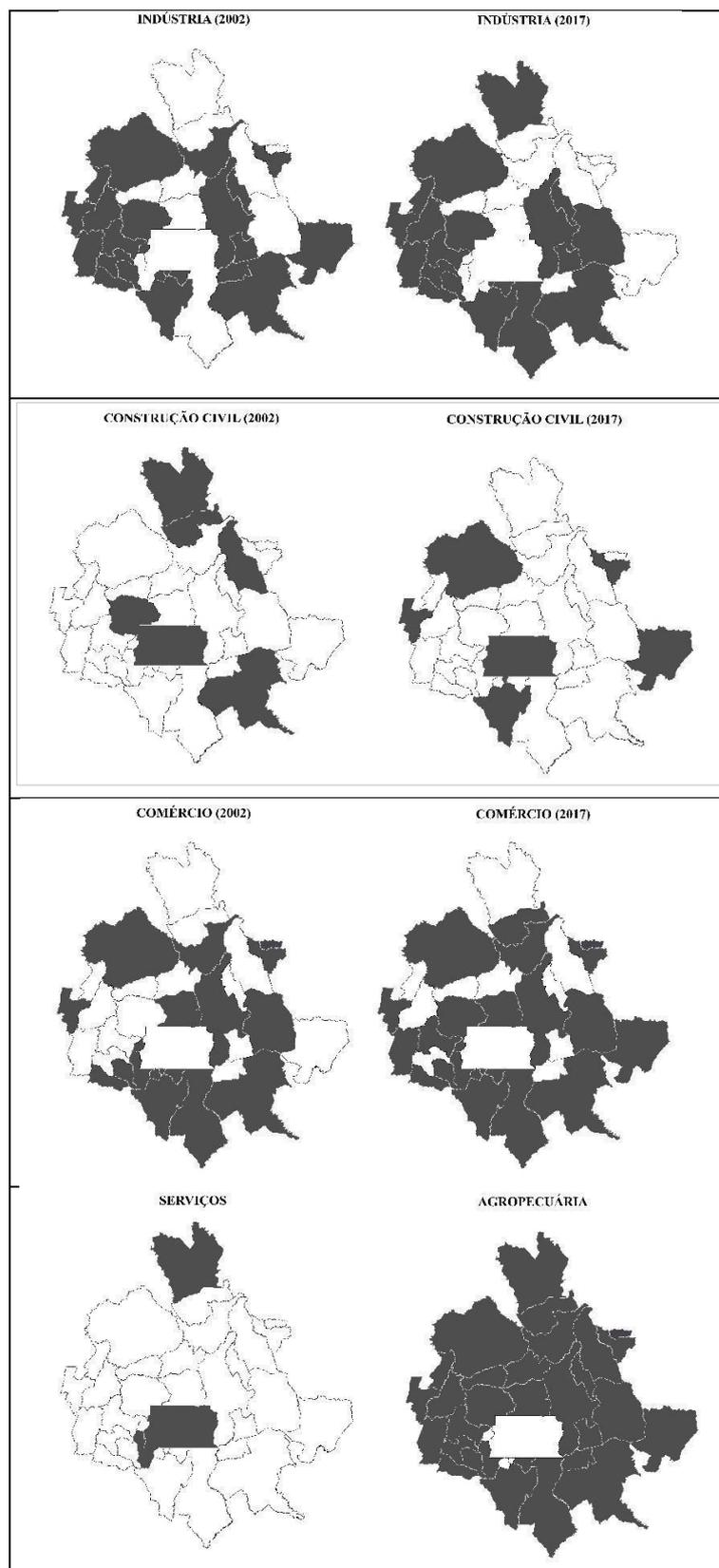
Tabela 3 - Número de municípios da RIDE que apresentaram especialização produtiva (QL > 1), por setores de atividade, 2002 e 2017

Setores de Atividade	Ano	
	2002	2017
01-Extrativa Mineral	18	15
02-Prod. Mineral Não Metálico	19	20
03-Indústria Metalúrgica	9	10
04-Indústria Mecânica	5	9
05-Elétrico e Comunicação	2	6
06-Material de Transporte	3	3
07-Madeira e Mobiliário	11	12
08-Papel e Gráfica	4	2
09-Borracha, Fumo, Couros	5	3
10-Indústria Química	8	8
11-Indústria Têxtil	7	7
12-Indústria Calçados	2	3
13-Alimentos e Bebidas	15	11
14-Serviço Utilidade Pública	6	10
15-Construção Civil	6	8
16-Comércio Varejista	21	23
17-Comércio Atacadista	8	9
18-Instituição Financeira	2	1
19-Administração Técnica Profissional	4	2
20-Transporte e Comunicações	12	7
21-Alojamento e Comunicação	5	5
22-Médicos Odontológicos Veterinário	5	2
23-Ensino	9	6
24-Administração Pública	10	15
25-Agricultura	29	30

Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

A Figura 5 ilustra os municípios que apresentaram padrão locacional representativo nos setores industrial, de construção civil, de comércio, de serviços e da agropecuária, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota-se, novamente, a predominância das atividades agropecuárias na RIDE, e ampliação das áreas especializadas no setor industrial e de comércio.

Figura 5 - Localidades que apresentaram $QL > 1$ nos setores industrial, de construção civil, de comércio, de serviços e da agropecuária na RIDE, em 2002 e 2017



Fonte: Dados da RAIS (2019)

Elaboração: A Autora.

Nota: A análise para os setores de serviços e para a agropecuária apresentaram resultados semelhantes em 2002 e 2017

A análise do Coeficiente de Especialização (CE) demonstra que tanto o Distrito Federal quanto os municípios da RIDE apresentaram uma economia diversificada, uma vez que os resultados do CE estão mais próximos de 0 (zero), do que próximos de 1 (um), variando entre 0,030 a 0,599, em 2002, e entre 0,038 a 0,549, em 2017 (Tabela 4).

Tabela 4 - Resultado do Coeficiente de Especialização (CE) para a RIDE, em 2002 e 2017

Municípios	Ano	
	2002	2017
Distrito Federal	0,030	0,038
Arinos	0,332	0,292
Buritiz	0,444	0,426
Cabeceira Grande	0,398	0,474
Unai	0,524	0,366
Abadiânia	0,367	0,383
Água Fria de Goiás	0,595	0,497
Águas Lindas de Goiás	0,525	0,271
Alexânia	0,338	0,392
Alto Paraíso de Goiás	0,270	0,410
Alvorada do Norte	0,342	0,244
Barro Alto	0,331	0,532
Cabeceiras	0,496	0,467
Cavalcante	0,408	0,396
Cidade Ocidental	0,268	0,243
Cocalzinho de Goiás	0,314	0,373
Corumbá de Goiás	0,338	0,337
Cristalina	0,507	0,480
Flores de Goiás	0,599	0,518
Formosa	0,330	0,295
Goianésia	0,502	0,432
Luziânia	0,350	0,412
Mimoso de Goiás	0,518	0,541
Niquelândia	0,443	0,275
Novo Gama	0,270	0,205
Padre Bernardo	0,395	0,322
Pirenópolis	0,451	0,467
Planaltina	0,283	0,244
Santo Antônio do Descoberto	0,272	0,224
São João d'Aliança	0,337	0,403
Simolândia	0,269	0,254
Valparaíso de Goiás	0,311	0,246
Vila Boa	0,464	0,549
Vila Propício	0,498	0,510

Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

O Distrito Federal, entre as localidades analisadas, destaca-se por ser o mais diversificado, o que condiz com o seu potencial de mercado. Para o ano de 2002, os municípios de Flores de Goiás, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Unai, Mimoso de Goiás, Cristalina e Goianésia apresentaram maior tendência à especialização da mão de

obra. Para o ano de 2017, destacam-se somente os municípios de Vila Boa, Mimoso de Goiás, Barro Alto, Flores de Goiás e Vila Propício. Em ambos os casos, o valor do CE estavam entre 0,502 e 0,599, conforme apresentado na Tabela 4.

Em complemento à análise do CE, o cálculo do Coeficiente de Reestruturação (CR) demonstrou que, entre os anos de 2002 e 2017, a RIDE apresentou baixas modificações na estrutura setorial do emprego. Apenas o município de Barro Alto apresentou uma reestruturação média, com um CR equivalente a 0,502. As demais localidades apresentaram CR entre 0,097 e 0,443 (Tabela 5).

Tabela 5 - Resultado do Coeficiente de Reestruturação (CR) para a RIDE, entre os anos de 2002 e 2017

Municípios	Coeficiente de Reestruturação
Distrito federal	0,114
Arinos	0,209
Buritit	0,097
Cabeceira Grande	0,221
Unai	0,184
Abadiânia	0,245
Água Fria de Goiás	0,138
Águas Lindas de Goiás	0,329
Alexânia	0,301
Alto Paraíso de Goiás	0,219
Alvorada do Norte	0,192
Barro Alto	0,509
Cabeceiras	0,443
Cavalcante	0,225
Cidade Ocidental	0,207
Cocalzinho de Goiás	0,201
Corumbá de Goiás	0,141
Cristalina	0,141
Flores de Goiás	0,431
Formosa	0,146
Goianésia	0,325
Luziânia	0,253
Mimoso de Goiás	0,112
Niquelândia	0,272
Novo Gama	0,315
Padre Bernardo	0,288
Pirenópolis	0,276
Planaltina	0,183
Santo Antônio do Descoberto	0,140
São João d'Aliança	0,195
Simolândia	0,262
Valparaíso de Goiás	0,195
Vila Boa	0,180
Vila Propício	0,350

Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

A aplicação do Coeficiente de Redistribuição (CRed) demonstra que os setores econômicos não apresentaram mudanças significativas na sua disposição espacial de localização, entre os anos de 2002 e 2017, na RIDE. Entre os setores analisados, o de extração mineral foi o único que apresentou indícios de redistribuição locacional, com um CRed equivalente a 0,502. Os resultados do CRed para os demais setores são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Resultado do Coeficiente de Redistribuição (CRed), para a RIDE, entre os anos de 2002 e 2017

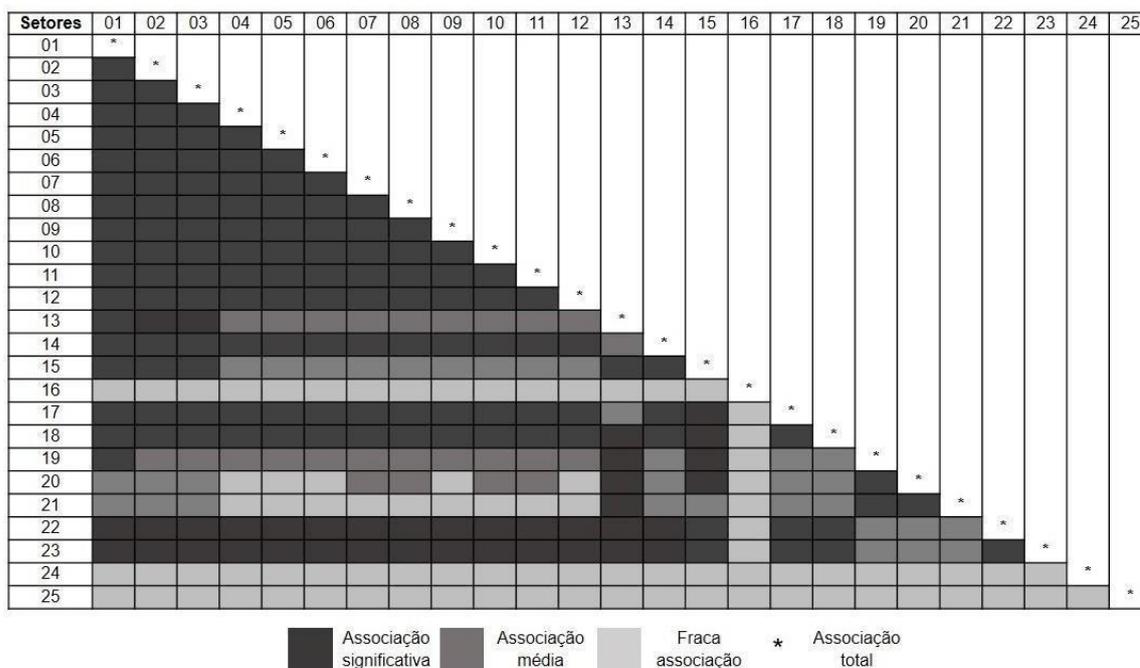
Setores de Atividade	Coeficiente de Redistribuição
01-Extrativa Mineral	0,502
02-Prod. Mineral Não Metálico	0,193
03-Indústria Metalúrgica	0,293
04-Indústria Mecânica	0,343
05-Elétrico e Comunicação	0,097
06-Material de Transporte	0,238
07-Madeira e Mobiliário	0,133
08-Papel e Gráfica	0,089
09-Borracha, Fumo, Couros	0,166
10-Indústria Química	0,259
11-Indústria Têxtil	0,402
12-Indústria Calçados	0,144
13-Alimentos e Bebidas	0,086
14-Serviço Utilidade Pública	0,093
15-Construção Civil	0,074
16-Comércio Varejista	0,071
17-Comércio Atacadista	0,056
18-Instituição Financeira	0,005
19-Administração Técnica Profissional	0,038
20-Transporte e Comunicações	0,048
21-Alojamento e Comunicação	0,050
22-Médicos Odontológicos Veterinário	0,028
23-Ensino	0,033
24-Administração Pública	0,037
25-Agricultura	0,201

Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

As Figuras 6 e 7, apresentadas a seguir, ilustram o resultado do Coeficiente de Associação Geográfica (Cag) entre os setores econômicos na RIDE, nos anos de 2002 e 2017, respectivamente.

Observa-se, inicialmente, que ocorreram poucas mudanças na associação geográfica nos dois períodos analisados. Em 2002, destacam-se os setores de produção mineral (01), médicos (22), ensino (23), comércio atacadista (17) e instituições financeiras que apresentaram maior frequência de associações com outros setores econômicos. Uma forte associação foi identificada entre a indústria mecânica (04) e de produção de borracha, fumo e couros (09), cujo Cag foi igual a 0 (zero).

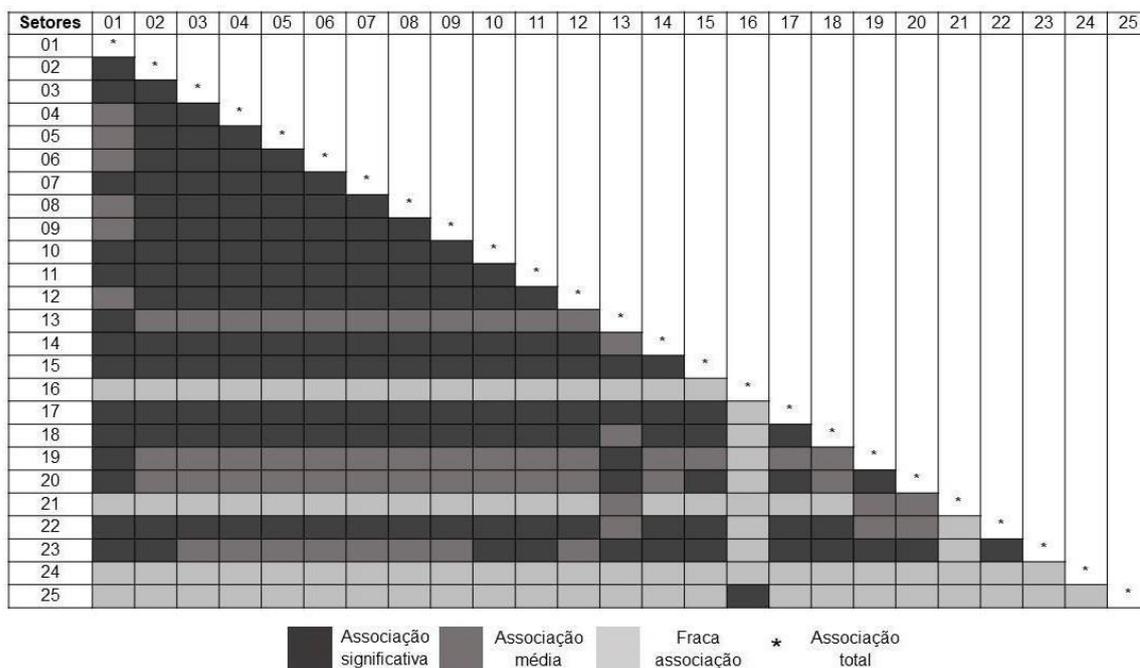
Figura 6 - Resultado do Coeficiente de Associação Geográfica (Cag), por setor de atividade, para a RIDE, 2002



Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

Por meio da Figura 7, percebe-se que os setores de comércio varejista (16), administração pública (24) e a agropecuária (25) não apresentaram associação significativa com os demais setores econômicos, em 2017. Por outro lado, uma forte associação geográfica foi identificada entre o setor de comércio varejista e a agropecuária, que condiz com a estrutura e a interdependência entre essas atividades.

Figura 7 - Resultado do Coeficiente de Associação Geográfica (Cag), por setor de atividade, para a RIDE, 2017



Fonte: Resultados da pesquisa
Elaboração: A Autora.

É possível identificar, ainda, que o setor de comércio atacadista (17) apresentou associação significativa com 19 dos 25 setores analisados, todos relacionados aos setores industriais, de construção civil, de transporte, saúde e ensino.

5. DISCUSSÕES

Após a apresentação dos resultados dos indicadores de localização e especialização regional, quatro pontos merecem destaque para entender o padrão locacional do emprego formal na RIDE. São eles: i) poucas transformações na estrutura setorial do emprego entre os anos de 2002 e 2017; ii) especialização de alguns setores em pequenos municípios; iii) crescimento econômico dos municípios localizados próximos à divisa com o Distrito Federal; e iv) fluxo de mão de obra dos municípios do Entorno para o Distrito Federal e a presença de emprego informal.

Primeiramente, observa-se que, apesar de alguns setores se apresentarem concentrados regionalmente, a tendência é de diversificação setorial. Ou seja, a distribuição da mão de obra setorial nas localidades apresenta composições semelhantes à da RIDE. Resultados semelhantes foram identificados por Piacenti, Alves e Lima (2008), por meio da aplicação dos indicadores para as regiões brasileiras entre os anos de 1985 e 2000. Os autores observaram que a região Centro-Oeste, durante esse período, apresentou uma queda no coeficiente de especialização, convergindo a uma diversificação. Nesse contexto, atribui-se como justificativa a descentralização da mão de obra nos setores agropecuários e industriais, e o aumento desta nos setores terciários (PIACENTI; ALVES; LIMA, 2008).

Entre as localidades analisadas, o Distrito Federal apresenta maiores indícios de diversificação da estrutura produtiva. Observa-se que, apesar de predominante, há uma queda na participação dos setores de administração pública e de serviços de utilidade pública, que chegaram a totalizar quase 50% do total de postos formais. Por outro lado, municípios, sobretudo os que apresentam população residente abaixo de 15 mil habitantes, estão se especializando, como é o caso de Barro Alto, que entre os anos de 2002 e 2017, gerou 909 empregos formais no setor de extração mineral, elevou em mais de 400% o total de empregos, sendo que sua população aumentou apenas 73% no período, e apresentou os melhores coeficientes de especialização e reestruturação.

Sendo o Distrito Federal o centro econômico da RIDE, seu processo de desenvolvimento econômico e produtivo gerou estímulos para o crescimento das economias externas. Como principal exemplo, destaca-se o município de Águas Lindas de Goiás, que teve um crescimento de 58% na população residente, 445,9% no número de empregos formais e o PIB³ passou de 209,4 milhões de reais, em 2002, para mais de 1,629 bilhões de reais, em 2016 (IBGE, 2019), ou seja, uma variação de 678%.

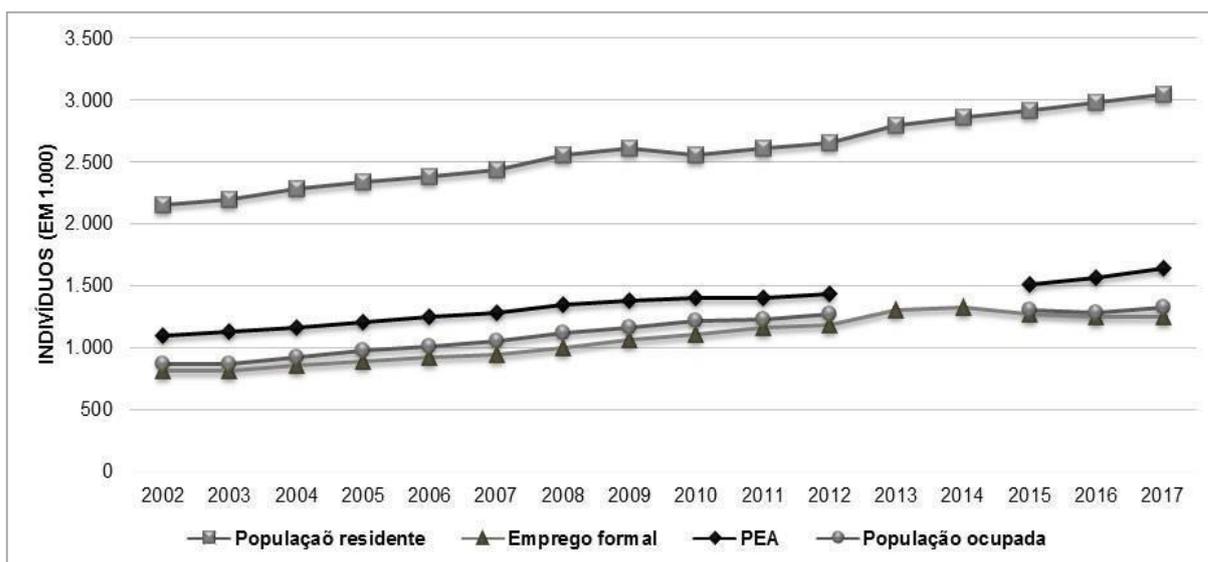
Este contexto reafirma as premissas apresentadas por François Perroux que deram origem à Teoria dos Polos de Crescimento, em 1955. Tal teoria ganhou muito destaque em estudos sobre Economia Regional e Urbana, e embasou a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional tanto na Europa quanto na América Latina, inclusive no Brasil (JESUS; SPINOLA, 2015). Ainda que a Teoria dos Polos de Crescimento apresente várias lacunas conceituais, as principais definições incluem a presença de indústrias/setores motrizes, cujo fluxos de produtos e rendas geram um efeito de encadeamento nos setores ligados a ela, sobretudo nos setores terciários, promovendo o aumento da renda regional (PAELINCK, 1997; JESUS; SPINOLA, 2015).

³ Produtor Interno Bruto a preços corrente, referência 2010 (IBGE, 2019).

Além do fluxo de renda, a proximidade geográfica contribui para o fluxo de pessoas, mais especificamente para o fluxo da mão de obra. No entanto, grande parte desses indivíduos que se deslocam para outras regiões se enquadram em dois grupos: i) funcionário público ou trabalhador de carteira assinada; e ii) trabalhador informal ou temporário.

Para entender esse argumento, a Figura 8 ilustra a relação entre a população residente, a população economicamente ativa (PEA) e o número de empregos formais no Distrito federal, entre os anos de 2002 a 2017.

Figura 8 - População residente, emprego formal, população economicamente ativa e população ocupada do Distrito Federal, 2002-2017



Fonte: Dados da RAIS (MTE, 2019), Pesquisa de Estimativa da População (IBGE, 2019) e Pesquisa de Emprego e Desemprego (CODEPLAN, 2019a)

Elaboração: A Autora.

Conforme apresentado anteriormente, 87,7% dos postos formais de empregos da RIDE estão localizados no Distrito Federal. Considerando apenas o ano de 2017, nota-se que a população ocupada do Distrito Federal equivale a 43% da população residente em seu território. Observa-se, ainda, que o número de empregos formais estão abaixo dos valores da população ocupada, apresentando uma diferença de 5% (72.271 empregos). Dos 69.654 entrevistados pela PDAD 2018, apenas 19,8% informaram possuir carteira assinada, além de outros 5,8% cuja informação não se aplicava por serem funcionários públicos estatutários (CODEPLAN, 2019b).

Nesse contexto, atenta-se para a presença de indivíduos que trabalham por conta própria ou autônomos. De acordo com dados da PDAD 2018, essa categoria inclui cerca de 6.502 trabalhadores no Distrito Federal (CODEPLAN, 2019b). Além disso, vale destacar a presença de empregos informais, cujo valores ainda são desconhecidos, mais estima-se que sejam expressivos em todo o país.

Uma das fragilidades apresentadas na mensuração dos indicadores, utilizando a variável emprego, disponibilizada pela RAIS, é justamente a ausência de informações sobre o emprego informal na região. Além disso, não dispõe de microdados que indiquem se determinado indivíduo, empregado em um setor econômico, reside na mesma região na qual trabalha.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mensurar indicadores econômicos regionais para analisar o padrão locacional da mão de obra formal na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Além disso, buscou verificar as mudanças setoriais sofridas pela região em um período de 15 anos, que abrange os anos de 2002 a 2017.

No que tange à mensuração dos indicadores *QL* e *CE*, foi identificada uma expressiva especialização no setor agropecuário. No entanto, a região, de um modo geral, está vivenciando um processo de diversificação da mão de obra, o que é uma das características de economias com expansão de setores terciários. Todavia, alguns municípios apresentaram tendência de especialização em determinados setores industriais, indícios estes significantes em municípios menos populosos.

Ao analisar as transformações setoriais, por meio dos indicadores de redistribuição e reestruturação, verificou-se que não ocorreram mudanças estruturais na RIDE durante o período analisado. Em outras palavras, a estrutura produtiva regional não apresentou mudanças expressivas em 15 anos. Esta análise também é válida quando analisada a estrutura produtiva do Distrito Federal, isoladamente.

Considerando os setores econômicos, observou-se que as funções de administração pública são predominantes na região. Por outro lado, a agropecuária, apesar de ser especializada em grande parte da região, concentra apenas 2% da mão de obra formal. Alguns setores se destacam em termos de participação, tais como o comércio varejista, de administração técnica profissional e de serviços médicos. Entretanto, apenas o setor de extração mineral apresentou mudanças em sua redistribuição espacial entre os anos de 2002 e 2017.

Os setores do ramo industrial apresentam uma forte associação geográfica em si. Fato este que não é verificado na agropecuária e na administração pública, por exemplo. Além disso, verificou-se que ao longo dos anos ocorreu um enfraquecimento da associação do setor de extração mineral com os demais setores. De igual modo ocorreu com o setor de ensino, que pode ser um sinal de baixo engajamento entre as instituições de ensino e os setores produtivos.

Diante dos resultados apresentados, esta pesquisa cumpre com o seu objetivo, e, adicionalmente, contribui para o enriquecimento da literatura e de estudos voltados a análises regionais. Mais especificamente, a presente pesquisa agrega conhecimentos para o entendimento das características e das transformações socioeconômicas da RIDE, cujo emprego é apenas uma das variáveis explicativas.

Tendo em vista a vasta literatura sobre a aplicação de indicadores regionais de emprego no Brasil, a originalidade deste estudo se dá pelo fato de tal análise ainda não ter sido realizada para o Distrito Federal e para os municípios do Entorno. Mesmo após vários anos, os indicadores regionais de especialização, redistribuição, reestruturação e associação geográfica mantêm sua aplicabilidade para o entendimento das estruturais setoriais de uma região. No entanto, é reconhecida a fragilidade desta análise ao considerar apenas a mão de obra formal, uma vez que o trabalho informal e novas configurações de emprego são uma realidade com números expressivos.

Deste modo, a identificação de padrões locacionais de emprego, não somente no Distrito Federal ou na RIDE como também em outras regiões brasileiras, deve ser uma tarefa periódica pois, entre algumas das contribuições, destaca-se a possibilidade de auxiliar na formulação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento e planejamento regional.

Assim, como sugestões para trabalhos futuros, enumera-se: i) a necessidade de atualização periódica dos indicadores regionais de localização e especialização para a RIDE; ii) a possibilidade de analisar novas área de estudo, por meio de novas configurações territoriais, ou aprofundamento de alguns setores econômicos; e iii) o aprimoramento dos indicadores ou criação de novas metodologias que captem os efeitos do emprego informal, autônomos, entre outros, na estrutura produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta**. 2019. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 20 fev. 1998.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED**. 2019a. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/ped-pesquisa-de-emprego-e-desemprego/>. Acesso em: 23 set. 2019.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Microdados PDAD 2018**. 2019b. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/microdados-pdad-2018/>. Acesso em: 23 set. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**: Banco de tabelas estatísticas. Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 23 set. 2019.

HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. *In*: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; ETENE, 1989.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 17, n. 2, dez., 2015.

LIMA, E. P. C.; SILVA, A. C.; LIMA, E. C. Assimetrias locacionais e padrão industrial: Uma análise das Mesorregiões do Rio Grande do Norte. **Revista Espaço**, v. 38, n. 23, 2017.

LIMA, J. F. *et al.* Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, n. 46, p. 7-26, set., 2006.

LIMA, J. F. *et al.* O padrão de localização e de difusão da mão-de-obra na região Sul do Brasil (1991-00). **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 189-224, jul. 2007.

MATTEI, T. F.; MATTEI, T. S. Métodos de Análise Regional: um estudo de localização e especialização para a Região Sul do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p.227-243, jul./dez., 2017.

MONASTERIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. *In*: CRUZ, B. O. *et al.* (Org.). **Economia Regional e Urbana**: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, p. 315-331, 2011.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamento do pensamento econômico regional. *In*: CRUZ, B. O. *et al.* (Org.). **Economia Regional e Urbana**: Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, p. 43-77, 2011.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. *In*: SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 333-343, 1977.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. *In*: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R.; LIMA, J. F. O perfil locacional do emprego setorial no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 3, p. 482-502, jul./set., 2008.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases estatísticas RAIS e Caged**. 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 15 set. 2019.

Comitê Editorial

JEANSLEY LIMA
Presidente

**JULIANA DIAS GUERRA NELSON
FERREIRA CRUZ**
Diretora Administrativa e Financeira

RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

DAIENNE AMARAL MACHADO
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

CLARISSA JAHNS SCHLABITZ
Diretora de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas

Alexandre Silva dos Santos
Gerente de Demografia, Estatística
e Geoinformação

Gabriel Pimenta Gadêa
Gerente de Gestão e Desenvolvimento
de Pessoas

Jéssica Filardi Milker Figueiredo
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira
Gerente de Estudos e Análises
de Proteção Social

Jusçanio Umbelino de Souza
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

Kássia Batista de Castro
Gerente de Estudos Ambientais

Larissa Maria Nocko
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

Marcelo Borges de Andrade
Gerente de Tecnologia da Informação

Martinho Bezerra de Paiva
Gerente de Administração Financeira

Sesai Barbosa de Moraes
Gerente de Apoio Administrativo

Tatiana Sandim
Gerente de Estudos e Análises Transversais

Vinícius Diniz Schuabb
Gerente de Estudos e Análises de Promoção
Social

Ana Carolina de Oliveira Marchão
Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Revisão e copidesque

Heloisa Faria Herdy

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



**Secretaria de
Economia do
Distrito Federal**

